



25 ANOS CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR-BRASIL: HISTÓRIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Regina Soares Jurkewicz*

Entrevista por Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha**

Católicas pelo Direito de Decidir¹ no Brasil comemora 25 anos de histórias, lutas e defesa pelo Estado Laico, Direitos Sexuais e Reprodutivos e a justiça social. CDD organizou-se no Brasil em 1993 e em 1994, tornou-se ONG com uma ação mais efetiva e propositiva através de projetos, órgãos públicos, acompanhamento de políticas públicas que se referem aos interesses das mulheres no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, parlamento *advocacy*. É uma organização não-governamental de vanguarda no Brasil, que advêm do pensamento religioso cristão católico, no entanto, busca desconstruir o discurso patriarcal, colonial e machista que se encontra no interior dessa tradição religiosa, que impede a autonomia e a capacidade das mulheres de decidirem sobre suas vidas e seus corpos e, ainda, as impede de ter uma participação nos espaços de poder e decisão da Igreja Católica. CDD se apresenta com um discurso ético-teológico-feminista ecumênico e inter-religioso pelo direito de decidir das pessoas e, especialmente, das mulheres. É uma instituição que ao longo desses 25 anos tem se notabilizado na luta pelo direito das mulheres de decidir sobre sua vida sexual e reprodutiva,

* Co-fundadora de Católicas pelo Direito de Decidir-Brasil. É graduada em Serviço Social, mestrado e doutora em Ciências da Religião-PUC-São Paulo, pós-doutorado em Serviço Social. Professora da Universidade de Guarulhos-UNG.

** Graduada em Ciências da Religião-Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, pós-graduação em Neuropsicologia Educacional-Faculdades Santo Agostinho, mestrado em Ciências da Religião-Universidade Metodista de São Paulo. É ativista de Católicas pelo Direito de Decidir, integrando os núcleos de Ativistas e incidência no campo religioso.

¹ A partir de agora citada como CDD.



entendendo que a hierarquia da Igreja Católica ainda segue reticente em discutir esses assuntos e a participação feminina. As reflexões de CDD tem sido fundamentais para formar um pensamento e uma ação focados no direito de decidir de cada mulher e no respeito às diversas formas de viver a sexualidade humana, na igualdade de gênero e na justiça social. Na atual conjuntura em que vive o país, com o recrudescimento dos conservadorismos, a disseminação e a legitimação da violência o desconhecimento do ser humano e de seus direitos e que atentam contra a vida e, em especial, a vida de mulheres, negros, indígenas e LGBTI+, CDD reafirma seu compromisso de luta e defesa.

Nas páginas seguintes conversamos com Regina Soares Jurkewicz, co-fundadora de Católicas pelo Direito de Decidir-Brasil. É graduada em Serviço Social, mestra e doutora em Ciências da Religião (PUC-SP) e pós-doutora em Serviço Social. É professora da Universidade de Guarulhos (UNG).

Letícia Rocha: Qual o contexto social, político e religioso brasileiro na época em iniciou CDD? Tal contexto foi determinante para o surgimento desta ONG?

Regina Soares Jurkewicz: CDD surgiu nos anos 1990, período forte das Conferências da ONU, que trataram de dar atenção especial a temas que haviam sido negligenciados na Carta Universal dos Direitos Humanos. As mulheres, os negros, as pessoas com deficiência, as crianças, os idosos, as pessoas LGBTI+, os e as indígenas foram esquecidos. Seu protagonismo histórico foi, de certa forma, ignorado. O mundo acorda para as diferenças étnico-raciais, sociais, de gênero, de cor, de idade, de identidade sexual. Então manifesta-se com mais força a necessidade de, não somente lutar pelo direito dos mais pobres, mas também das pessoas que sofrem outras discriminações. As Conferências da ONU tiveram um papel importante, construindo plataformas que comprometiam os países a fazer um caminho para alcançar justiça de gênero, racial, etc. Por outro lado a *Teologia da Libertação* vivia um momento de decadência frente às ameaças e investidas do Vaticano, que transferiu bispos progressistas para pequenas dioceses, eliminando sua força na



CNBB – Conferência dos Bispos no Brasil, e puniu teólogos e teólogas representantes dessa teologia. Com tudo isso, também as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base perderam sua força. Mas, no mesmo cenário, as lutas identitárias ganham força. CDD nasce em meio ao movimento de mulheres, comprometida com elas e com o objetivo de trazer maior dignidade para as mulheres, na Igreja e na sociedade. Alcançar essa dignidade passa pela necessidade de confrontar a moral sexual católica tradicional que subordina, humilha e culpabiliza as mulheres. É preciso evidenciar que é possível ter fé, ser católica, à partir de outros pensamentos teológicos construídos na própria tradição católica. É possível, portanto, ser católica e feminista.

Letícia Rocha: O que representa ser CDD na atual conjuntura brasileira marcada por fundamentalismos religiosos, políticos e sociais?

Regina Soares Jurkewicz: Sobretudo neste momento em que as forças fundamentalistas religiosas ganharam hegemonia no âmbito governamental, temos uma enorme tarefa de manter a resistência e ser parte desta parcela importante da população que luta por democracia e respeito aos direitos que vem sendo desmantelados a cada dia. Juntamente com outros grupos dissidentes que nascem em outras igrejas, somos todas e todos espinhos que incomodam e mostram, todo o tempo, que as igrejas não têm, e historicamente nunca tiveram, um pensamento único, sobretudo no caso do catolicismo. Resistimos e vamos formando uma base de apoio social e democrático que tende a se ampliar também no campo religioso.

Letícia Rocha: Qual o alcance de CDD nos meios populares? Quais ações são direcionadas as mulheres das comunidades/periféricas?

Regina Soares Jurkewicz: A ação de CDD junto as comunidades periféricas se dá através das ativistas. CDD conta com mulheres atuantes em seus estados, através de movimentos sociais, igrejas e espaços institucionais. Hoje há uma representação de CDD em 14 estados brasileiros. Essas mulheres são porta-vozes que organizam seminários, oficinas,



fazem assessorias e dão entrevistas em suas realidades locais. Neste ano estamos avançando na realização de um trabalho com mulheres imigrantes, quilombolas, afro-brasileiras. Com elas estamos organizando rodas de conversa e oficinas. Isso não seria possível sem a ação das ativistas de Católicas. Mas, o desafio é enorme para esse país tão grande e tão diverso.

Letícia Rocha: Nesses 25 anos de CDD como tem sido a relação com a Igreja Católica, instituição na qual esta organização teceu um discurso e uma prática de apoio as mulheres?

Regina Soares Jurkewicz: Em São Paulo, particularmente, tivemos uma relação fraterna e de apoio com o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Ele nos recebeu, viu nossas produções, e nos apoiou. Com a crescente hegemonia da ala conservadora na CNBB, essas relações institucionais não tiveram continuidade. Entretanto, há grupos e pessoas que estão organicamente vinculadas a Igreja Católica e, que mostram-se adeptas aos pensamentos de CDD. Entretanto, há setores conservadores católicos e evangélicos que repudiam nosso discurso e buscam, frequentemente, deslegitimar nossa identidade enquanto mulheres católicas, vindas de pastorais sociais.

Letícia Rocha: Para além da Igreja Católica, CDD possui suas bases no movimento de mulheres/ movimento feminista. CDD tem aproximado e dialogado com outras formas de feminismo emergentes na América Latina, como feminismo negro, indígena, descolonial, etc.?

Regina Soares Jurkewicz: Esse movimento de aproximação com outros feminismos emergentes vai acontecendo através de participação de representantes de Católicas em eventos feministas de caráter internacional, latino-americano ou nacional. Sobretudo nos Encontros Feministas Latino-americanos, as diferentes tendências se fazem presentes. Há um debate frequente entre as feministas chamadas institucionais e as autônomas. Também, em nível nacional, há divergências e debates entre o feminismo vinculado ao PT e a CUT, as ONGs feministas, as eco-



-feministas e o feminismo acadêmico. O feminismo negro já construiu um histórico importante nos espaços de reuniões nacionais e internacionais e tem vários grupos locais organizados, já é uma força consolidada que emergiu há tempos. Entendo que o feminismo indígena no Brasil é recente, até pelas importantes diferenças culturais que constituem as nações indígenas. Não sei se já podemos falar em feminismo indígena. Quanto ao feminismo descolonial, entendemos que se trata de uma nova nomenclatura da organização desses setores que sofreram e carregam em sua história o processo de colonização e evangelização forçada, como dizemos, com a espada e a cruz. A grande parte da população brasileira vem dessa história de colonização e miscigenação. CDD participa do movimento feminista, oferecendo sua visão teológica sobre temas vinculados à moral sexual, à diversidade sexual, ao respeito ao estado laico, à justiça social e de gênero e à defesa da democracia. Entendemos que esta é nossa singularidade. Buscamos o diálogo com os mais diferentes setores sociais, sobretudo aqueles que são mais estratégicos para um processo de mudança de padrões culturais que oprimem a vida das mulheres e LGBTI+. Nos referimos aos operadores do direito, aos profissionais de saúde, aos líderes religiosos, aos universitários, aos jovens de uma forma geral, aos jornalistas, aos setores sindicais, aos parlamentares, enfim, àqueles que se constituem como formadores de opinião.

Letícia Rocha: Em que medida o pensamento de CDD impactou as estruturas hierárquicas predominantemente masculinas da Igreja Católica no Brasil?

Regina Soares Jurkewicz: É importante esclarecer, como já tratamos em uma pergunta anterior, qual é o objetivo de CDD. Nascemos para lutar pela vida das mulheres, e não pela mudança institucional da Igreja Católica. Seria inocência de nossa parte pensar que uma organização milenar, com tamanha capilaridade, como é a Igreja Católica, pode sofrer impactos em suas estruturas hierárquicas masculinas a partir da ação de CDD. Há, sem dúvida, um processo lento e difuso, que vai acontecendo nas consciências das pessoas em nível macro e micro. A Igreja Católica



têm sido questionada pelo pensamento vigente nas sociedades modernas e, por vezes, definidas como pós-modernas. A estrutura machista da Igreja não consegue dar respostas às perguntas que são feitas por mulheres, homens, jovens, negros, LGBTI+, religiosos ou não... E há um tremendo hiato entre a doutrina da igreja e suas práticas pastorais. No campo da sexualidade os inúmeros casos de abuso sexual cometidos por padres contra mulheres e crianças têm minado a credibilidade institucional da Igreja. O pensamento fundamentalista religioso surge como uma resposta autoritária frente às mentalidades e práticas das sociedades modernas, que já não toleram a interdição que a Igreja busca fazer na esfera da sexualidade. A hierarquia machista pode ser impactada, portanto, por essas forças vivas que já não convivem com as imposições religiosas. Se não houver mudança, no futuro teremos uma Igreja Católica cada vez mais isolada, que não terá interlocutores.

Letícia Rocha: Como você avalia as chamadas *reformas* realizadas pelo Papa Francisco? Têm provocado alguma mudança no pensamento ético e moral da Igreja, com potencial para transformar as ideias perpetuadas e cristalizadas nas estruturas no que se refere ao gênero, à diversidade sexual, aos direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros assuntos?

Regina Soares Jurkewicz: Sem dúvida, o Papa Francisco é merecedor de nosso respeito. Ele tem procurado tocar em pontos nevrálgicos do catolicismo. Dá um outro sentido ao Vaticano, quando se comporta como bispo de Roma e abre os portões do jardim do Vaticano para pessoas que vivem na rua, quando deixa de morar em um castelo para viver em condições de maior simplicidade, quando chama um Sínodo da Amazônia para discutir uma questão ecológica tão séria, que afeta a todos e todas. Também tem sido admirável ao buscar mecanismos de punição a padres e bispos pedófilos, bem como de proteção às vítimas desses clérigos. Também têm enfrentado as contradições do manejo financeiro do Vaticano. Sem dúvida, seu papado ficará na história e está trazendo um novo fôlego para os setores progressistas que querem uma igreja comprometida com os pobres. No campo da moral sexual, suas falas ainda são ambíguas, às vezes faz declarações que parecem



reconhecer os direitos das mulheres e da população LGBTI+, mas em outros momentos se contradiz. Não sabemos ao certo como se movem as forças dentro da Cúria Romana e até que ponto o Papa goza de autonomia para propor mudanças estruturais. Também, por conta das declarações ambíguas, não sabemos exatamente quais são suas intenções de mudança, se estas intenções atingem o campo da moral sexual da Igreja Católica.

Letícia Rocha: CDD, desde o início, se apoia na epistemologia e na metodologia da Teologia Feminista para a elaboração de um discurso ético concernente aos direitos das mulheres. Nesse sentido, qual tem sido a relação de CDD com a Teologia Feminista brasileira, mas também com outras teologias, como a lésbica, negra, *queer* e outras?

Regina Soares Jurkewicz: CDD tem uma estreita relação com teólogas feministas brasileiras e de outros países. Na verdade bebemos nessa fonte. Nossa principal interlocutora no Brasil é Ivone Gebara, teóloga feminista reconhecida. Também trabalhamos com as ideias de Mary Hunt, teóloga lésbica americana, que já esteve várias vezes no Brasil fazendo formação com ativistas de católicas. Temos feito uma busca constante de dialogar com outras teologias como lésbica, *queer*, etc... Essa proposição fica clara em nossa última publicação *Teologias fora do Armário*, sobre a qual falaremos em pergunta posterior.

Letícia Rocha: Como CDD tem dialogado e se articulado com grupos e atores religiosos do campo religioso, considerando a centralidade da religião no Brasil? Entendemos que tal centralidade tem colocado em xeque o princípio da laicidade do Estado. Qual a sua visão sobre tal questão?

Regina Soares Jurkewicz; CDD há anos vem promovendo encontros inter-religiosos com lideranças de diversas igrejas e religiões. Temos conversado com esses setores sobre problemas que nos afetam a todos e todas, tais como a violência contra mulheres e setores LGBTI+. Já produzimos algumas publicações desses diálogos. A questão da



centralidade da religião na conjuntura política brasileira nos motivou a propor um diálogo com uma grande diversidade de líderes religiosos de diferentes matrizes, sobre esse espaço indevido da religião nas decisões do Estado. Esse diálogo vai ocorrer ainda neste mês de setembro, em São Paulo. O tema da laicidade do Estado é um tema caro para CDD e nos move na realização de campanhas digitais, ações de *advocacy* e outras iniciativas em defesa do Estado laico.

Letícia Rocha: Nos conte sobre a nova publicação de CDD, *Teologias fora do armário*, do qual foi a organizadora? Quais são os temas abordados?

Regina Soares Jurkewicz: A nova publicação de CDD – *Teologias fora do armário* é fruto de um Seminário entre teólogas(os) ativistas de CDD e cientistas da religião que se juntaram, em novembro de 2018, para discutir sobre a pluralidade teológica que tem sido produzida nos últimos tempos. Fazia-se necessário que CDD elaborasse subsídios sobre essas temáticas, tanto para formação interna, como para oferecer um material organizado às igrejas, teólogos(as), líderes religiosos e ativistas interessados(as). Os temas abordados tocam em questões tais como a construção histórica da categoria de gênero, as identidades sexuais, a presença de pessoas homossexuais nas igrejas e suas contribuições, a Teologia Feminista e Teologia Lésbica, os caminhos de construção da Teologia Queer, a violência contra as mulheres e a população LGBTI+, o desrespeito aos direitos sexuais e direitos reprodutivos e desmascarar o fundamentalismo, que se apresenta como única voz no campo religioso, manipulando a imagem de Deus. A publicação têm sido recebida com muito apreço. Fizemos um lançamento em São Paulo, no espaço de CDD, com a presença aproximada de 80 pessoas das mais variadas igrejas, um lançamento em São Leopoldo-RS no VI Congresso de Gênero e Religião, promovido pelas Faculdades EST, e já temos outros dois lançamentos previstos, em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Essa recepção evidencia que a necessidade desse tipo de subsídio era urgente para vários setores que já não bebem na fonte da teologia tradicional cristã.

Letícia Rocha: Após 25 de CDD no Brasil na luta pelo Estado laico e de-



mocrático, pelos direitos sexuais e reprodutivos e a justiça para todas as pessoas, quais as perspectivas da organização? Quais os novos desafios a serem enfrentados?

Regina Soares Jurkewicz: Costumamos dizer que *infelizmente* CDD ainda é necessária para a realidade do nosso país. Seria bom se vivêssemos efetivamente num país laico, que não cometesse intolerâncias religiosas e que respeitasse os direitos das mulheres e LGBTI+ em suas decisões de natureza pessoal, tanto no campo da sexualidade como da reprodução humana. Mas não é assim. Ainda temos muitos desafios pela frente. Depois destes 25 anos de história de luta e resistência, precisamos ainda seguir adiante e conseguir novos recursos que nos garantam sustentabilidade. Nos referimos a recursos materiais e humanos. Estamos num caminho de integrar pessoas jovens, aguerridas que se identifiquem com nossas causas e que tragam também novas energias. Essas pessoas estão chegando, e isso nos dá muita alegria e a esperança da sustentabilidade. Sem responder a essa necessidade de renovação não podemos falar em futuro. Estamos deixando um legado que será naturalmente acrescido de outras contribuições que vão potencializar e enriquecer o trabalho de CDD no Brasil. Os desafios são muitos e agora ainda maiores, porque vivemos em um país cujos governantes colocam em risco nossa jovem democracia. Essa realidade nos faz cerrar filas por causas mais amplas, neste momento em que direitos de diferentes natureza são desmoronados. É urgente que a sociedade civil organizada possa se unir em defesa de nosso país. E nós somos parte dessa sociedade.